

Afif propõe o "terceiro turno" para Constituinte

AGÊNCIA ESTADO
E SERVIÇO LOCAL

Um projeto de resolução que acrescenta às disposições transitórias desta Constituição um mecanismo possibilitando a revisão completa em cada um de seus capítulos por maioria simples (quórum de 280 votos), e não por três quintos do Congresso (atualmente 293 deputados e 65 senadores), pelos próximos cinco anos. Esta fórmula, que está nas cogitações do assessor político especial do presidente da República, Thales Ramalho, que conversou a respeito com o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), será proposta ao plenário da Constituinte pelo deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP).

A fórmula não é original, mas copiada da Constituição portuguesa, que, neste momento, passa por uma revisão em profundidade. Mas o deputado do PL pensa fazer uma adaptação ao estilo brasileiro: em vez de prever uma revisão após cinco anos de regime vigente sob a nova Constituição, Afif propõe um prazo de cinco anos para que, dentro dele, se façam todas as modificações necessárias para adaptar o texto constitucional à realidade social. "Acho, sinceramente, que esta é a melhor forma de se evitar uma ruptura institucional. Acontece que, tal como foi escrito, o texto da nova Constituição consagra a tirania do *status quo* e, se houver eleição no ano que vem, pode ser eleito um representante da sociedade moderna que quer mudanças e, se não houver uma válvula de escape para isso, pode haver um confronto e, como resultado inevitável do confronto, a ruptura, indesejada por todos os democratas", explicou o constituinte.

O próprio Afif reconhece a dificuldade da tramitação de sua idéia no plenário da Constituinte. Ele não pode mais apresentar emendas que acrescentem novos dispositivos à Constituição, mas apenas que modifiquem uma determinada redação ou suprimam algum artigo. Para acrescentar tal mecanismo — que ele chama de "junta de dilatação", para evitar o rompimento do concreto — a única forma legal viável é a aprovação pela maioria de um projeto de resolução. Para a apresentação de tal projeto ao plenário, é necessário se conseguir um documento com 180 assinaturas. "Não val ser fácil. Mas sinto que há, cada vez mais, um clima que possibilita uma solução desse tipo", ele acha.

"A sociedade brasileira ansiava por mudanças. Por isso, ela foi às ruas pedir eleições diretas para presidente. O projeto da Nova República era a esperança de mudar, mas, com a morte de Tancredo Neves, terminou transformando-se num grande balcão de conchavos políticos e alianças muito pouco dignas. O triângulo de ferro — formado pela estatocracia que defende seus lugares, escondendo-se sob o manto do discurso social, pelos beneficiários dos gastos públicos que são os chamados 'empresários nacionalistas' e pelos políticos que usam dois discursos para garantir a máquina de empregos para seus apadrinhados — é que prevaleceu. A Constituinte, como reflete a sociedade, passou, ela mesma, a ser a fachada legal desse ambiente natural que chamo de tirania do *status quo*. Por isso, em vez de trazer as mudanças necessárias para modernizar as relações sociais no Brasil, a Constituinte funcionou para assegurar privilégios já adquiridos na prática por grupos e corporações", comentou Guilherme Afif Domingos.

O parlamentar paulista não aceita as críticas ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), crucificando-o como se fosse o culpado por todos os erros e distorções do texto aprovado. "Ele apenas cumpriu seu papel, o de reunir as propostas majoritárias que são realmente consagradoras do *status quo*. O relator e mesmo os outros membros da Constituinte não podem ser incriminados por um problema que é claramente estrutural", argumenta.

O "terceiro turno" seria, segundo ele, uma maneira de permitir que a sociedade brasileira moderna consiga, democraticamente, sem rupturas, promover as mudanças. O deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) chegou a apresentar uma emenda revisionista, mas desistiu de encaminhá-la por temer sua derrota em plenário. A diferença da emenda de Bevilacqua em relação à proposta de Afif é que Bevilacqua copia o método português e só prevê a revisão em cinco anos. O senador Roman Tlyo (PMDB-MG) foi além, prevendo uma revisão de cinco em cinco anos. Os dois, agora, estão articulando a fusão de suas emendas, sob o patrocínio do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), empenhado em fazer adotar o parlamentarismo na primeira revisão. O relator Bernardo Cabral já mudou de idéia a respeito do assunto, evoluindo de sua posição contra qualquer revisão para a adoção da idéia original de Joaquim Bevilacqua.